

Mensagem 1

A perspectiva veterotestamentária da responsabilidade social

O Antigo Testamento apresenta a responsabilidade social como um princípio de origem divina, ligado a todas as facetas da atividade humana. Ela demonstra o cuidado de Deus pelas nossas necessidades, proporciona as condições fundamentais da dignidade, da segurança e do desenvolvimento e é um elemento fundamental da verdadeira espiritualidade.

A responsabilidade social advém do facto de vivermos em sociedade e necessitarmos de interagir uns com os outros de forma responsável e solidária. Ajuda-nos a aprender a praticar o bem e a desenvolver o nosso carácter através de atos solidários que nos conduzem à prática do amor fraternal e nos aproximam do ideal de Deus para o ser humano.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO DECÁLOGO

O Decálogo é um texto redigido pelo próprio Deus (Êxo. 31:18) e dele derivam todas as normas escriturísticas que regem a vida pessoal e coletiva do povo de Deus, com especial incidência nas dimensões espiritual e social. Esse texto divide-se em duas partes fundamentais. A primeira apresenta normas que regulam a nossa relação com Deus na Sua qualidade de Soberano absoluto (Êxo. 20:3-7; Deut. 5:7-11). O seu princípio fundamental é o amor a Deus acima de tudo (Deut. 6:5; 10:12; 30:20). A segunda parte do Decálogo apresenta normas que regulam o relacionamento com o nosso próximo (Êxo. 20:12-17; Deut. 5:16-21), registando os princípios orientadores das relações sociais e definindo a base fundamental da responsabilidade social. Esta parte assenta no princípio de amar o próximo como a nós mesmos (Lev. 19:18). A unir as duas partes encontra-se o quarto mandamento, que serve de elemento de transição. Ele regula as práticas relativas ao culto e adoração a Deus e envolve o relacionamento com o nosso próximo (Êxo. 20:8-11; Deut. 5:12-15).

Através do Decálogo percebemos que o modo como nos relacionamos com Deus e atuamos em sociedade tem um impacto direto na vida social e um efeito importante na vida dos outros. Ao satisfazermos as exigências divinas aí expressas contribuímos para a promoção da paz, da segurança, da justiça e do desenvolvimento harmonioso do ser humano no plano individual, familiar e comunitário. A responsabilidade social abarca todos os aspetos da vida.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SEIO DA FAMÍLIA

Decorrente das normas do Decálogo, a família constitui-se na sociedade hebraica veterotestamentária como um agente educativo e social na primeira linha do desenvolvimento e da aquisição do conhecimento de Deus.

Competia à família educar nos caminhos do Senhor, ensinando aos seus membros a vontade de Deus. Desta forma, o ato educativo constitui-se como responsabilidade social que entende a educação como promotora do crescimento pessoal e coletivo, assim como uma preparação para a vida eterna.

Esta intencionalidade do ato educativo familiar, compreendido como prática de responsabilidade social, está patente, por exemplo, no texto de Deuteronómio 6:5-9. Trata-se de uma responsabilidade que inclui Deus como a prioridade absoluta e implica a partilha do conhecimento adquirido através da experiência pessoal com Ele e a transmissão dos Seus princípios, valores e vontade.

Contudo, a degradação espiritual e a decadência social inerentes ao desenvolvimento do mal geraram situações e necessidades a que a família, por si só, não pode responder eficazmente. Por isso Deus instruiu o Seu povo acerca do que deve ser feito para prevenir, ou fazer face, a situações extremas. A observância dessas normas evita males maiores e situações extremas de pobreza ou exclusão social.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CUIDADO DOS DESFAVORECIDOS

A pobreza pode surgir como resultado de fenómenos naturais (catástrofes ou alterações climáticas), de fatores sociais (inimigos, opressão, injustiça) ou de fatores pessoais (ambição, falta de economia, de diligência ou de capacidade).

Mas, independentemente dos fatores que a originem, a pobreza é sempre uma consequência do afastamento de Deus e da Sua vontade. Resulta do desenvolvimento do mal que, operando no seio da Humanidade, gera desequilíbrios pessoais, sociais, económicos, e a ausência de solidariedade, promovendo a desigualdade e a opressão dos mais fracos ou desvalidos.

Face à calamidade espiritual e social que se desencadeou no seio da Humanidade, Deus reconheceu a dificuldade em erradicar a pobreza (Deut. 15:11). Contudo, algo deveria e poderia ser feito. Perante a emergência do empobrecimento e da exclusão social, Deus providenciou meios para minorar os seus efeitos nefastos na sociedade humana. Instruiu o Seu povo para que este aprendesse a agir de forma a que as situações de risco de pobreza e exclusão social pudessem ser evitadas ou, pelo menos, minoradas. Essas instruções, que perpassam todo o Antigo Testamento, sob as mais diversas formas, compreendem regras sociais e económicas precisas.

Algumas dessas normas regem a vida familiar, por exemplo o direito à proteção familiar (Lev. 25:25, 47--52; Deut. 25:5-10) e à assistência social da comunidade (Lev. 25:35, 39-41; Deut. 14:28 e 29; 15:7-14, 18; 24:10-15, 19-21; 26:12; Isa. 1:17), nomeadamente o acesso às colheitas (Êxo. 23:10-11; Lev. 19:9 e 10; Deut. 23:24 e 25; 24: 19-21).

No domínio económico protege-se a propriedade imobiliária privada (Lev. 25:11-16, 25-34; 27:16-25) para impedir a acumulação excessiva de riqueza (Isa. 5:8; Jer. 5:26-28) e a pobreza extrema, ao mesmo tempo que se incentiva o necessitado a trabalhar para recuperar a sua propriedade e normalizar a sua vida, criando condições de segurança (Lev. 25:18).

O cuidado pelos que empobrecem é assegurado pela interdição de emprestar dinheiro com juros, ou qualquer outro ganho e a obrigação de lhe dar mantimento, sem pretender ganhar com isso (Lev. 25:35-37; Deut. 23:19 e 20).

Seguindo essas instruções, os Hebreus evitariam a pobreza entre eles e contribuiriam para a diminuição da pobreza no mundo. Dessa maneira, Israel tornar-se-ia num agente de bênção e prosperidade para o mundo e demonstraria a superioridade e sabedoria da sua fé e estilo de vida.

Como Israel não esteve sempre à altura do privilégio de colaborar com Deus e assumir a sua responsabilidade social, o próprio Deus fez-Se porta-voz dos mais desfavorecidos (Isa. 1:23; 10:1 e 2) e identificou-Se com eles (Sal. 68:5 e 6; Isa. 58:6-10; ver Mat. 25:31-45), não deixando de anunciar a Sua intervenção para lhes fazer justiça (Isa. 1:24-28; 10:3; Jer. 5:26-29; 49:11; Os. 14:3b), o que nos conduz a outro importante domínio da responsabilidade social: a liderança.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA LIDERANÇA

Sobre os líderes impende a solene responsabilidade de dirigir o povo do Senhor nos Seus caminhos. Durante o período da monarquia hebraica essa tarefa foi exercida por reis que governaram e exerceram a função judicial.

O Antigo Testamento associa a responsabilidade social da liderança à qualidade do desempenho dos governantes. Uma má governação implicava sofrer os efeitos nefastos do pecado e as dificuldades surgiam rapidamente, enquanto uma boa governação propiciava paz e prosperidade à nação.

O principal critério de avaliação da liderança era a espiritualidade, refletida na qualidade da relação pessoal do governante com Deus e nas consequentes decisões que tomava e nos atos que praticava. Essa avaliação é frequentemente atestada por frases como “fez o que era reto” ou “fez o que era mau perante o Senhor” (I Reis 15:11, 26, 34; 16:25, 30; 22:43; II Reis 3:2; 8:27; 12:2, etc.), ou outras equivalentes (ver I Reis 15:3; 22:43; II Reis 8:18, 27; 16:2, etc.).

A relação entre a qualidade espiritual dos governantes e a da comunidade dos crentes, protagonizada pela nação hebraica nos tempos veterotestamentários, demonstra à exaustão que existe uma relação direta entre a espiritualidade, a responsabilidade social e a liderança.

Ao compreendermos a existência dessa relação, somos despertados para a importância do modo como conduzimos a nossa vida em todos os seus múltiplos aspetos. À semelhança dos líderes do Antigo Testamento, a nossa conduta de liderança da nossa própria vida tem um efeito direto sobre nós mesmos e sobre os demais, pois somos todos portadores de uma responsabilidade social que tem efeitos evidentes no domínio espiritual, em nós e nos outros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E REAVIVAMENTO ESPIRITUAL

A qualidade da espiritualidade dos governantes aparece nos textos sagrados intimamente relacionada com a qualidade espiritual da comunidade dos crentes. Os governantes que se aproximaram do Senhor e praticaram o que é reto aos Seus olhos promoveram períodos de reavivamento espiritual e de reforma (I Reis 15:11-15; II Reis 9:1-13, 18-36; 12:1-16).

Os nossos atos podem demonstrar o amor de Deus e ser, dessa forma, uma maneira de testemunhar da fé. Como tal possuem um potencial que não pode ser ignorado pelo povo do Senhor (Deut. 6:6, 8 e 9). Disso mesmo testifica Ellen White quando afirma que apoiar os necessitados dá sentido e poder à verdade (*Special Testimonies*, Série A, nº 10), que ajudá-los é uma demonstração prática da verdade (“The need of medical missionaries”, *Review and Herald*, 4 de março de 1902) e que esse ministério trará vida às igrejas (Manuscrito nº 7, 1908).

Diversas passagens das Escrituras demonstram que a responsabilidade social, por exemplo nos domínios económico e social, está intimamente ligada a Deus e à Sua relação com o Seu povo (Êxo. 20:2--17; 22:23 e 24; Lev. 19:10; 23:22; 25:17 e 18, 23, 38, 42 e 43, 55; Deut. 5:6-21; 10:16-20; 15:1-6; 24:19-22; Isa. 58:6-12; Jer. 5:26-29). A ideia

de que a fé pertence apenas ao domínio das crenças está, portanto, longe da verdade.

O Antigo Testamento realça que a fé se manifesta nas ações e no modo como vivemos (Gén. 5:22, 24; 7:1; Êxo. 20:3-17; Deut. 5:7-21; I Reis 9:4 e 5; Job 1:1, 8; 2:3; Prov. 7:2; Isa. 58:6-10; Miq. 6:8; Hab. 2:4). A responsabilidade social apresenta-se assim como um ato de obediência que habilita o praticante a receber as bênçãos de Deus (Deut. 15:1-6; 24:19; Isa. 58:6-11) e está relacionada com o desejo de Deus de que o Seu povo seja santo (Êxo. 19:6) e perfeito (Deut. 18:13).

Os atos de responsabilidade social, nomeadamente a prática da justiça e a ajuda aos necessitados, produzem uma transformação interior que contribui para a santificação do praticante. São um contributo para a promoção da causa do bem, derrubando barreiras, e são mais audíveis e eloquentes do que os melhores discursos dogmáticos acerca da verdade.

O verdadeiro reavivamento espiritual consiste num retorno ao Senhor, mas esse retorno não ocorre apenas no plano das ideias, crenças ou emoções. Também não se limita à oração e ao estudo das Escrituras. De acordo com o Antigo Testamento, o verdadeiro reavivamento espiritual implica assumir a nossa responsabilidade social, envolvendo-nos na prática da beneficência em prol dos desvalidos.

ANTÓNIO CARVALHO

DIRETOR DA REGIÃO ECLESIASTICA NORTE; PASTOR DAS IGREJAS DE DE ESPINHO, STª. MARIA DA FEIRA E OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Refletir e Partilhar

1. Como considero eu a minha responsabilidade social pessoal?
2. Que necessidades têm as pessoas à minha volta e como posso ajudá-las?
3. De que forma posso desenvolver o meu envolvimento com as causas humanitárias?

Mensagens de Reavivamento 216
Chamados para Servir